COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.098, DE 2021

Altera o art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, para dispor sobre parcerias pecuárias.

Autor: Deputado FAUSTO PINATO **Relator:** Deputado COVATTI FILHO

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Fausto Pinato que acrescenta os parágrafos 6° e 7° ao art. 96 da Lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), para dispor sobre os contratos de parceria pecuária para tratamento ou criação de animais.

Na justificação, o autor argumenta que o confinamento de gado de corte, inicialmente utilizado para enfrentar a escassez de alimentos nos períodos de inverno, tornou-se uma prática comum e estratégica para intensificar o uso da terra, distribuir os abates ao longo do ano e melhorar a lucratividade na pecuária. Entre os benefícios dessa prática, podem ser apontados o alívio da pressão sobre pastagens, abates programados, maior produtividade e melhor qualidade da carne.

Para o autor, a prática do confinamento demanda investimentos e conhecimentos técnicos, sendo certo, também, que tem crescido a contratação de serviços de terceiros, oferecendo vantagens importantes como maior produtividade e acesso a tecnologias avançadas. Além disso, o confinamento reduz a necessidade de expansão das pastagens, contribuindo assim para a sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, a proposta legislativa visa aumentar a segurança jurídica nos contratos de parceria pecuária, permitindo que o





contratante tenha sua inscrição de produtor rural vinculada ao estabelecimento do terceiro contratado, impulsionando os investimentos no setor.

O projeto de Lei foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para os fins do disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião realizada em 16/08/2023, concluiu pela aprovação, com Substitutivo, do Projeto de Lei nº 1.098, de 2021, nos termos do voto do Relator, Deputado Daniel Agrobom.

O Substitutivo aprovado manteve as linhas gerais do projeto de lei, mas estabeleceu os seguintes requisitos para a vinculação da inscrição de produtor rural ao estabelecimento do parceiro contratado: I - a inscrição de produtor rural não poderá ser vitalícia; II – caso o parceiro contratante fique até 90 dias sem utilizar o estabelecimento de alojamento dos animais, a inscrição será suspensa; acima desse prazo, a inscrição será cancelada.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é o ordinário, conforme o disposto no art. 24, inciso II, e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

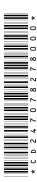
Não foram apresentadas emendas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cumpre que esta Comissão, nos termos da alínea "a" do inciso IV, do art. 32, do regimento interno, se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.098, de 2021, bem como do Substitutivo aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.





As proposições atendem aos pressupostos constitucionais formais relativos à competência desta Casa. A matéria é atribuída à União no âmbito da competência legislativa privativa, consoante o disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Sendo assim, também é atribuída ao Congresso Nacional, nos termos do caput do art. 48, que lhe incumbe dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Quanto objeto regulação, identificamos ao da não incompatibilidades entre as proposições e os princípios e regras que emanam do Texto Constitucional ou da legislação infraconstitucional, de onde decorrem a constitucionalidade material e a juridicidade de suas disposições.

No que concerne à técnica legislativa e redação, registramos que as proposições observam todos os parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, embora não seja atribuição desta Comissão a manifestação relativa ao mérito, consideramos oportuno destacar a importância da matéria. Indiscutivelmente, a proposta legislativa contribui para aumentar a segurança jurídica nos contratos de parceria pecuária, ao mesmo tempo que promove major sustentabilidade.

Por essas razões, proferimos o nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.098, de 2021, bem como do Substitutivo aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Sala da Comissão, em 22 de outubro de 2024.

Deputado COVATTI FILHO Relator



